



POR UMA HISTÓRIA DO POLÍTICO

FOR A HISTORY OF POLITICS

Jonathan Marcel Scholz*

Universidade Estadual de Maringá – UEM

johnnypeavy@hotmail.com

Não é de hoje que sabemos que os intelectuais franceses exercem uma profunda influência no desenvolvimento de estudos científicos e na circulação de ideias, de um modo geral, em vários países. E com um alento especial para o Brasil. No campo historiográfico, a situação não é diferente.

No século XX, inegavelmente os *Annales* foram a tendência historiográfica – francesa – mais inspiradora e consumida pelos departamentos e programas de pós-graduação em história das universidades brasileiras. Entretanto, nesse início de século XXI, novas tendências e outros historiadores de origem francesa vão se firmando no cenário intelectual e no circuito historiográfico. É sobre uma dessas “novas” interpretações, pelo menos muito recente em terras tupiniquins, que o livro *Por uma história do político* de autoria de Pierre Rosanvallon trata.

Traduzido para o português-brasileiro por Christian Edward Cyril Lynch,¹ a obra é composta por três capítulos. O primeiro, de autoria do próprio Lynch e os demais de Rosanvallon. Desse, ambos os textos são de caráter metodológico, porém, o primeiro

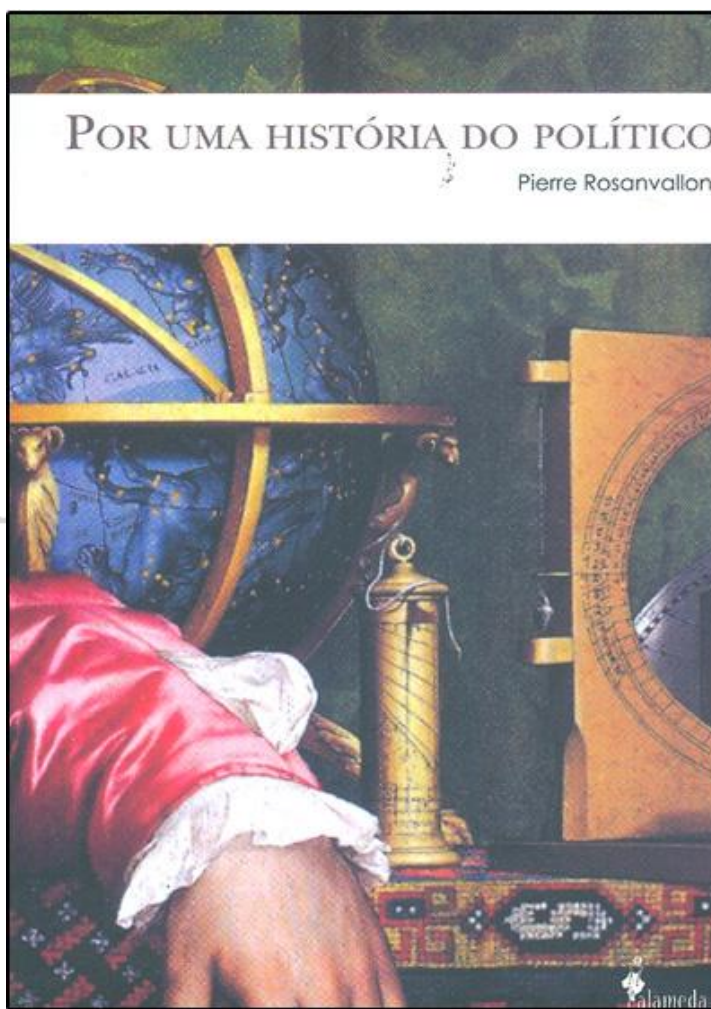
* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa em Política e Movimentos Sociais, da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

¹ Professor da Escola de Ciência Política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito e Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Gama Filho (UGF).

é um artigo “convencional” e o segundo, a transcrição de uma conferência dada pelo autor.

Desse modo, no primeiro capítulo, Lynch inaugura a obra fazendo uma apresentação de Pierre Rosanvallon. Discorrendo sobre sua trajetória acadêmica, Lynch afirma que seu texto “[...] não ambiciona mais que apresentar o pensamento de Rosanvallon no contexto daquela que chamo a Escola francesa do político, de que ele é hoje, ao lado de Marcel Gauchet, o mais eminente e conhecido representante”.²

Porém, para expor o pensamento de Rosanvallon é necessário, segundo Lynch, voltarmos os olhos para a trajetória da história política – já que ela é uma das áreas que o autor se filia. Assim, no primeiro subcapítulo intitulado *O retorno do político*, Lynch faz uma breve retrospectiva de como a história política guardava muito crédito e respaldo no século XIX, e passou a ser entendida - devido aos estímulos crescentes da história social,



da história das mentalidades e do marxismo – como “prisioneira da cronologia” e possuidora de um “caráter aristocrático, anedótica e individualista”³ no início do século XX. Na mesma perspectiva, o autor lembra que a partir da segunda metade do século

² LYNCH, C. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In: ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 11.

³ Ibid., p. 12.

XX, começa a ocorrer o sugerido “retorno do político”. A partir da reformulação de suas bases epistemológicas, a história política voltava com força ao campo historiográfico, principalmente na Alemanha, Inglaterra e França. Concentrando a atenção no caso francês, Lynch lembra a publicação da obra *Pour une histoire politique* organizada por René Rémond, o qual, em tom de manifesto, postulava a renovação da história política a partir da multidisciplinariedade e da autonomia perante os determinantes econômicos. Igualmente, argumentava que tal história “Não é a história de uma minoria, e sim do destino de quase todos”.⁴

Ademais, para além da influência de Rémond, que deixa o conceito “do político” em aberto, Lynch reitera que é o Centro de Pesquisas Políticas Raymond Aron a referência maior nas pesquisas sobre a história e a filosofia política na França. Falando da importância do filósofo Claude Lefort e do historiador François Furet para a consolidação do devido centro de pesquisas, o autor argumenta que este é a matriz da *Escola Francesa do político*.

Já no seguinte subcapítulo, *Tocqueville e o retorno do liberalismo: Aron e Furet*, Lynch procura retrazar o quadro teórico no qual o Centro Aron emergiu. Nessa dinâmica, o mesmo afirma que quando Raymond Aron recupera a herança intelectual de Tocqueville é possível elaborar uma reflexão contraposta às ideias marxistas, que consideravam a democracia (liberal ou burguesa) uma fraude ao “verdadeiro” ideal democrático.⁵ Já Furet, seria o equivalente da historiografia tocquevilleana na interpretação da modernidade democrática. Relendo a trajetória política francesa de um prisma não marxista, tal intelectual afirmava a pretensão de “[...] devolver à tarefa historiográfica a dimensão política de que havia sido privada pelos marxistas e pela Escola dos Anais”.⁶

Adiante, no subcapítulo *A emergência do político: Claude Lefort*, Lynch perpassa a marcante influência de Lefort no Centro Aron, argumentando que as reflexões acerca “do político” devem ser atribuídas à filosofia desenvolvida por aquele intelectual. Isso se deve porque, formando um “itinerário interdisciplinar”, Lefort

⁴ RÉMOND, R., Por que a história política? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 17, 1994.

⁵ LYNCH, C. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In: ROSANVALLON, P. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 17.

⁶ *Ibid.*, p. 19.

considera o político o elemento que abarca a totalidade do social.⁷ Nesse viés, entendendo que a sociedade é produto de um lugar de poder, Lefort reitera que o político antecede e supera todos os modos de vinculação social.⁸ O mundo do político assume outro nível a partir dessas reflexões lefortianas.

Em *sequências do político: Gauchet e Rosanvallon*, nos é mostrado como ambos estudiosos, discípulos de Furet e Lefort, interpretam e pensam o político, a política e a democracia. Partilhando concepções básicas das temáticas, porém, divergindo no diagnóstico, Gauchet cria uma interpretação marcadamente filosófica do político e Rosanvallon, envolvido com a dimensão mais empírica da política, procura investigar a democracia como sistema presente no mundo todo, dialogando constantemente com as outras ciências sociais.

Seguindo nas ideias do historiador francês, Lynch dedica seu último subcapítulo, intitulado *Rosanvallon, historiador do político*, para dar um panorama geral das reflexões expostas nos dois artigos subsequentes. Associando os termos “história filosófica do político” e “história conceitual do político” a influência de Lefort e Kosseleck ao pensamento de Rosanvallon, Lynch diz que o referido intelectual afirmava que “[...] a tarefa do historiador é a de tentar restituir ao passado sua dimensão de presente, isto é, de indeterminação”.⁹ Em relação a sua temática, tal assertiva se daria procurando compreender a racionalidade dos atores políticos na dinâmica dos dilemas democráticos.

Adiante, entrando de fato nas reflexões elaboradas por Rosanvallon, deparamo-nos com o primeiro de seus artigos, nomeado *Por uma história filosófica do político*. Nesse, o mesmo inicia-o argumentando que o dito “retorno do político” é hoje uma frase já desgastada e banalizada pelo uso. Para ele, essa volta se remete a dois fatores principais, os quais seriam, a centralidade em torno da democracia e sua problemática natureza, devido a ascensão do nacionalismo e as crises dos Estados de bem estar, bem

⁷ Ibid., p. 20.

⁸ LYNCH, C. A democracia como problema: Pierre Rosanvallon e a escola francesa do político. In: ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 23-24.

⁹ Ibid., p. 34.

como, um possível “desencantamento” com as ciências sociais, sobretudo com a sociologia e a antropologia.¹⁰

É nesse contexto que a história filosófica do político emerge. A própria filosofia, até então muito renegada pelos historiadores, volta a ganhar espaço nesse debate. Lefort seria um dos responsáveis por essa interdisciplinaridade, já que soma o estudo do político com a análise filosófica. Aliás, esse viés filosófico, implica para Rosanvallon, na adoção do que ele chama de conceitos incorporados à auto representação da sociedade. Exemplos desses seriam os conceitos de igualdade, soberania ou democracia.

Retornando a *Política* de Aristóteles, Rosanvallon entende que aquela adquire um novo significado na sociedade moderna. No último século, a transição de uma sociedade corporativa para uma sociedade de indivíduos culminou num déficit de representação. Assim, uma das questões essenciais é que a convenção estabelecida em torno do princípio de igualdade (igualdade jurídica) subverte as tentativas de legitimar as diferenças. Disso, novas reivindicações emergem, como a tentativa de igualdade econômica e a redução das diferenças antropológicas.¹¹

Nesse panorama, Rosanvallon estabelece que um dos objetivos primordiais da história filosófica do político é compreender como uma época, um país, ou grupo social tenta construir respostas para os problemas. Para isso, não se deve ficar preso aos “grandes textos”, aos clássicos, e sim, dar atenção e vez para as ideias forjadas na imprensa, nas obras literárias e movimentos de opinião, analisando igualmente panfletos, discursos parlamentares, emblemas e signos.¹²

Por outro lado, Rosanvallon não se abstém de refletir sobre as polêmicas envolvendo as tendências historiográficas francesas. Segundo ele, na década de 1980 a história do político e a Escola dos *Annales* apareceram distanciadas de uma forma exagerada. Por isso, acha que a “[...] história do político se insere numa perspectiva

¹⁰ ROSANVALLON, P. Por uma história filosófica do político. In: *Ibid.*, p. 39-40.

¹¹ ROSANVALLON, P. Por uma história filosófica do político. In: ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 42-43.

¹² Rosanvallon diz que os “grandes textos” são fundamentais. Eles formalizam um momento político, histórico ou filosófico específico, conectando um texto a um problema. Contudo, o historiador não pode ficar restrito a eles. *Ibid.*, p. 45.

mais de ampliação e renovação do que de ruptura com a escola histórica francesa”.¹³ De qualquer forma, percebe que alguns historiadores, inclusive filiados aos *Annales*, vêm descobrindo, por si mesmos, a dimensão do político, partindo de sua própria perspectiva histórica, como Julliard e Pierre Nora.¹⁴ Por isso, Rosanvallon é adepto da ideia de desmontar as estreitas fronteiras disciplinares.

Em sequência, em um tom muito pessoal para falar da intelectualidade, o autor reitera que o trabalho intelectual deve estar a serviço da dimensão cívica e que o mesmo é uma forma de prática política. O conhecimento se torna uma forma de ação.¹⁵ Porém, para isso se efetivar, devem-se reconstruir as relações entre trabalho intelectual e política. Para isso, Rosanvallon propõe uma “abordagem compreensiva” da história. Esta seria um novo tipo de comprometimento intelectual que levaria todas essas questões em consideração.

Já na última parte desse primeiro artigo, Rosanvallon retoma as questões conflituosas procurando responder, em linhas gerais, as críticas e objeções contra a sua abordagem do político. Nesse embate, o mesmo lembra Roger Chartier. Este entende “o retorno ao político como uma banal e idealística tentativa de restaurar a velha filosofia do sujeito [...]” e que tenta equivocadamente distinguir o discursivo do não discursivo.¹⁶ Em contrapartida, Rosanvallon argumenta que é da “[...] essência da história filosófica do político considerar que as representações sociais não podem ser equiparadas às ideologias, nem reduzidas à condição de preconceitos que espelhariam determinado estado das relações sociais”.¹⁷ Em sequência, o autor cita Michel Foucault. Transparecendo a influência em certos aspectos daquele em sua formação, Rosanvallon procura recuperar a intenção original de Foucault, já que para ele tal intelectual teria desenvolvido uma noção muito limitada “do político”. Por fim, lembra-se de Quentin Skinner. Analisando de forma rápida suas opções teóricas e metodológicas, Rosanvallon tenta estabelecer uma relação entre a história filosófica do político e a história contextual das ideias proporcionada pelo estudioso inglês. Assim, estabelecendo a

¹³ Ibid., p. 50.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ ROSANVALLON, P. Por uma história filosófica do político. In: ROSANVALLON, P. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010, p. 55.

¹⁶ Ibid., p. 57.

¹⁷ Ibid.

crítica em torno de sua produção, Rosanvallon reconhece a importância dessa para o avanço do debate entre tais tendências.

Por fim, o último artigo da obra, intitulado *Por uma história conceitual do político*, é resultado da aula inaugural de Rosanvallon ao assumir a Cátedra de História Moderna e Contemporânea do Político no College de France, em 28 de Março de 2002. Assim, após os convencionais agradecimentos, o autor esboça primeiramente um panorama da disciplina, isto é, analisa quem foram os intelectuais que estudaram a política e o poder na França e como a temática foi pensada e trabalhada ao longo dos anos nas universidades francesas.

Definindo o político como *campo* e como *trabalho*, Rosanvallon estabelece que “Como campo, ele designa o lugar que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações [...]”. Enquanto que como trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano adquire características de comunidade e sociedade. É o ofício de elaborar regras que dão vida a polis.¹⁸

Da mesma forma, compreendendo o político como o centro nervoso da sociedade, o autor insiste na ideia de que o político, em linhas gerais, “[...] é falar do poder da lei, do Estado e da Nação, da identidade e da diferença, da cidadania e da civilidade [...]”. Ou seja, em contraposição, o político não ficaria restrito as análises referentes a competição partidária pelo poder, a ação governamental ou a vida rotineira das instituições estatais.¹⁹

Assim, ao longo dessa discussão, Rosanvallon vai fornecendo argumentos para dar sustentação a sua proposta. Nesse meio, apresentando a democracia como um campo amplamente aberto, inclusive em termos de definição já que essa está em permanente reconstrução, o referido intelectual ressalta que a história, enquanto “laboratório em atividade”, é condição necessária para o pleno entendimento da

¹⁸ ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. In: _____. São Paulo: Alameda, 2010, p. 72.

¹⁹ Ibid., p. 73.

democracia.²⁰ Aliás, seria a história, a matéria e a forma necessária para se atingir o pensamento total do político.²¹

Destarte, Rosanvallon indica que “O objetivo é pensar a democracia partindo de uma análise da sensação de sua ausência”,²² isto é, a partir do presente devemos verificar a ausência dos ideais democráticos nas sociedades modernas, e assim, historicizarmos essa situação. Por outro lado, deve-se ter o devido cuidado para trabalhar tais questões universalmente debatidas, já que corremos o risco de desvirtuar a ciência, transformando-a em comentários apressados e opiniões frágeis. Num mundo onde predomina o “clamor das paixões” e dos nacionalismos extremados, precisamos fazer uma leitura crítica e serena do contexto histórico que nos cerca de questões sensíveis e problemáticas.

De maneira geral e inconclusa, são essas as questões que Pierre Rosanvallon dedica a presente obra. Basicamente propor, em forma de manifesto, uma nova abordagem do político. Porém, essa nova abordagem perpassa inúmeras questões. Muito instigantes, diga-se de passagem. Percebe-se que apesar de a obra possuir um caráter introdutório, até mesmo porque possui em torno de cem páginas, a mesma elenca um debate candente da sociedade contemporânea. Rosanvallon revelando um consistente espírito crítico mostra que a história, para além dos diálogos interdisciplinares, deve estar a serviço da democracia e, por conseguinte, da cidadania.

RESENHA RECEBIDA EM FEVEREIRO DE 2013.

PUBLICADA EM JUNHO DE 2014.

²⁰ Ibid., p. 76.

²¹ Ibid., p. 85.

²² Ibid., p. 98.